

XXXVII Congresso Estadual de Secretarias
Municipais de Saúde do Paraná

Regionalização da saúde: desafios e perspectivas

Profa. Luciana Dias de Lima (ENSP/Fiocruz)

Foz do Iguaçu, Paraná
12/11/2025



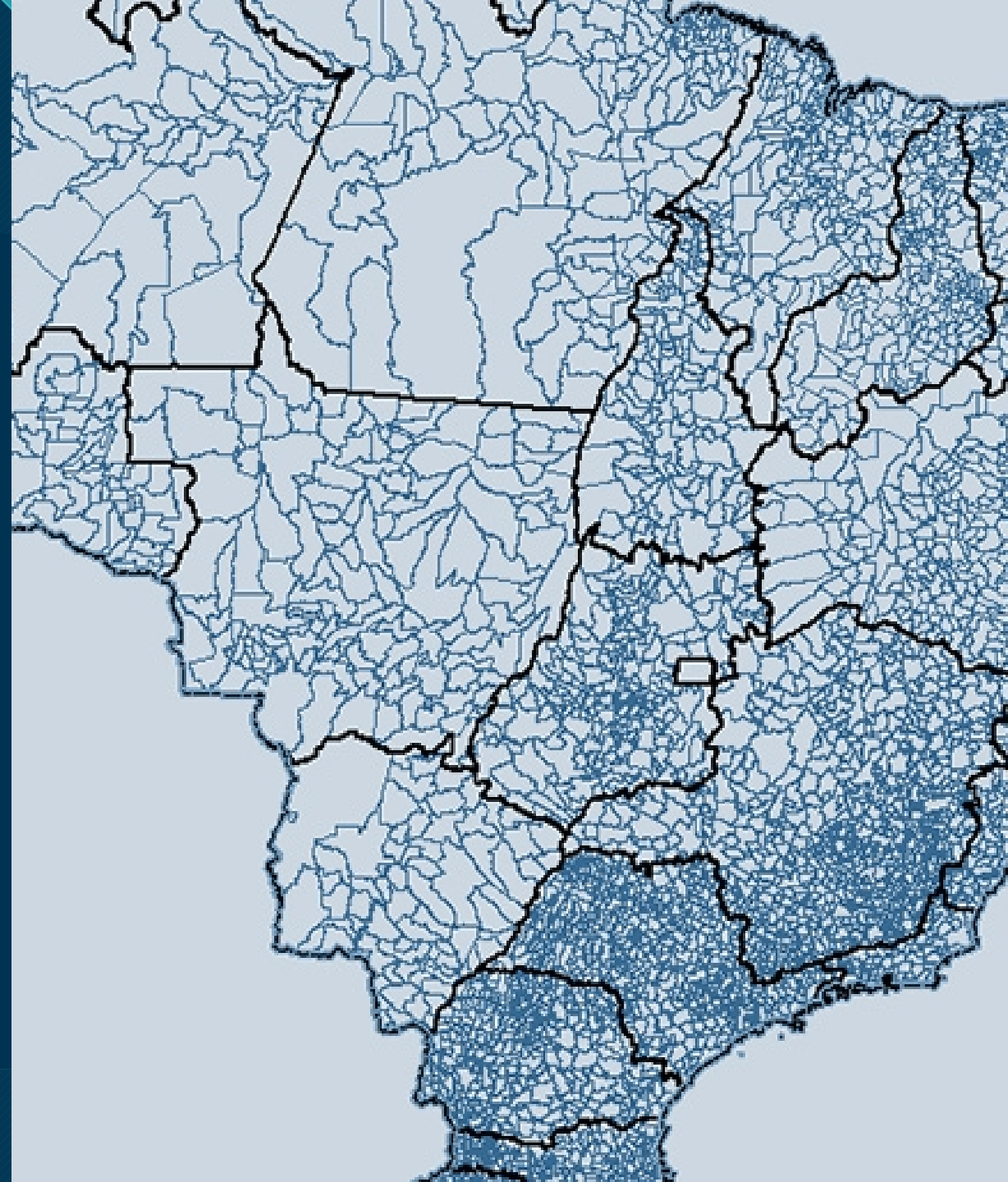
O SUS e a regionalização

Os sentidos da regionalização

- É um dos principais instrumentos de atuação do Estado no planejamento e na gestão de políticas públicas.
- Envolve a adoção de um enfoque regional no direcionamento de políticas, ações e serviços, que possibilitam organizar e articular o território em torno de um projeto nacional de desenvolvimento.
- No campo da saúde, a regionalização se apresenta nos processos de conformação e reformas de sistemas públicos e universais, com o objetivo de ampliar o acesso, a integralidade e a qualidade da atenção.
- No Brasil, a regionalização é um dos princípios que orienta a configuração do Sistema Único de Saúde (SUS).

A regionalização do SUS

- ✓ Integra um conjunto amplo de ações que devem ser organizadas em uma rede regionalizada e hierarquizada de serviços, sob gestão descentralizada e comando único em cada esfera de governo.
- ✓ Conjuga funções comuns e próprias de cada ente nas diferentes esferas de governo (sistema federativo).
- ✓ Forte interdependência:
 - funções de gestão;
 - setores/áreas das políticas públicas;
 - ações e serviços de saúde de natureza diversa.



A regionalização do SUS



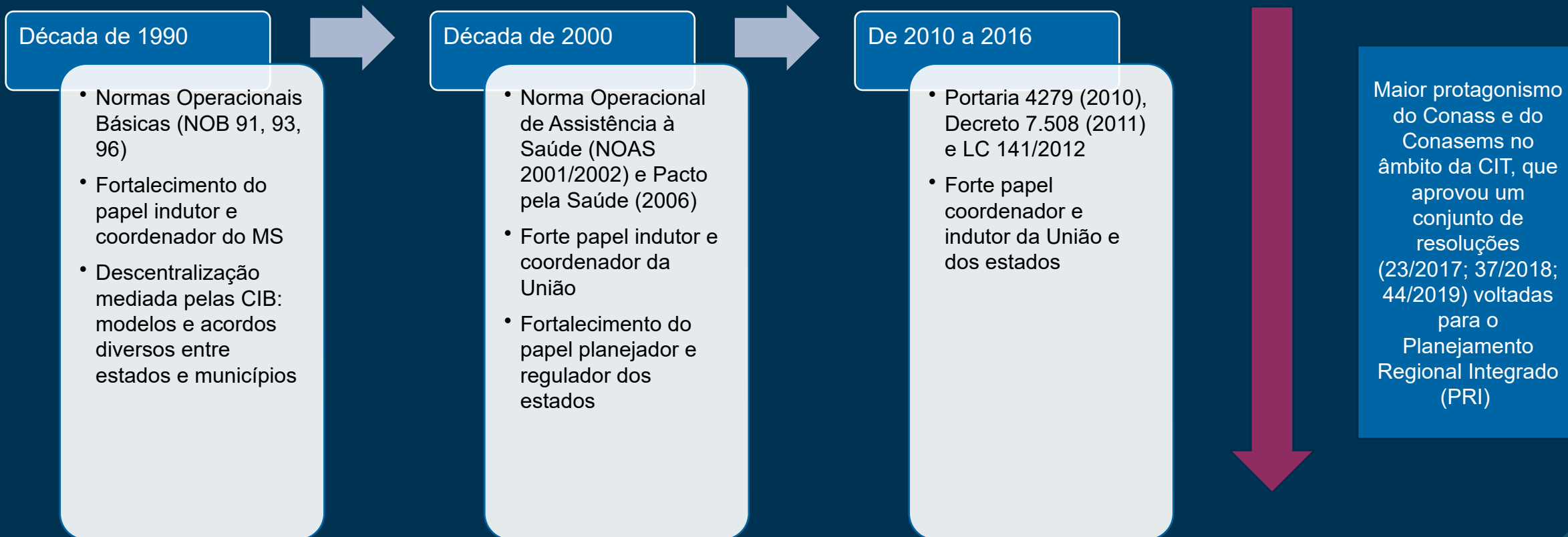
Governança regional do SUS



Atores, estruturas e processos que definem o exercício da autoridade e repercutem nas políticas de saúde e na gestão SUS em âmbito regional

Ciclos políticos orientados pela descentralização e regionalização do SUS

Influência de diferentes contextos, regras e atores; continuidades e mudanças



Estratégias e instrumentos de coordenação e cooperação federativa do SUS

Entidades representativas dos secretários de saúde (CONASS, CONASEMS, COSEMS)

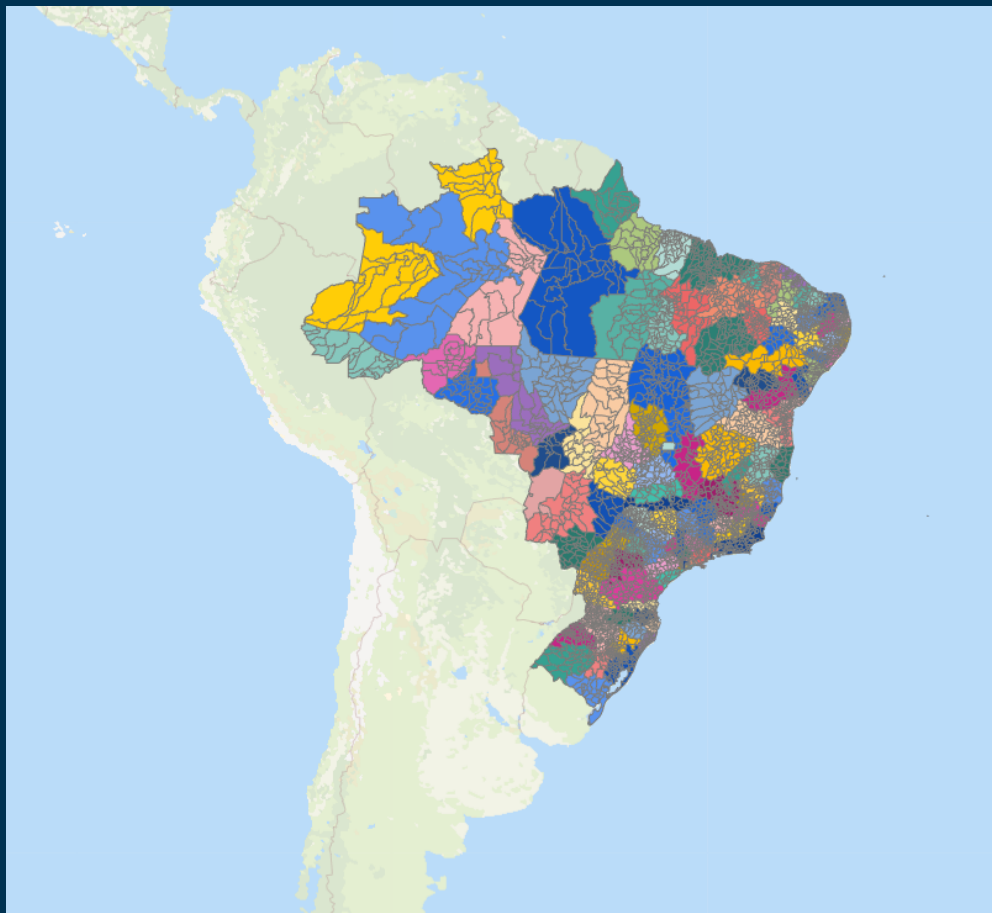
Instâncias de gestão intergovernamental (Comissões Intergestores: CIT, CIB, CIR)

Instrumentos de planejamento e pactuação (planos regionais, termos de compromisso, indicadores e contratos)

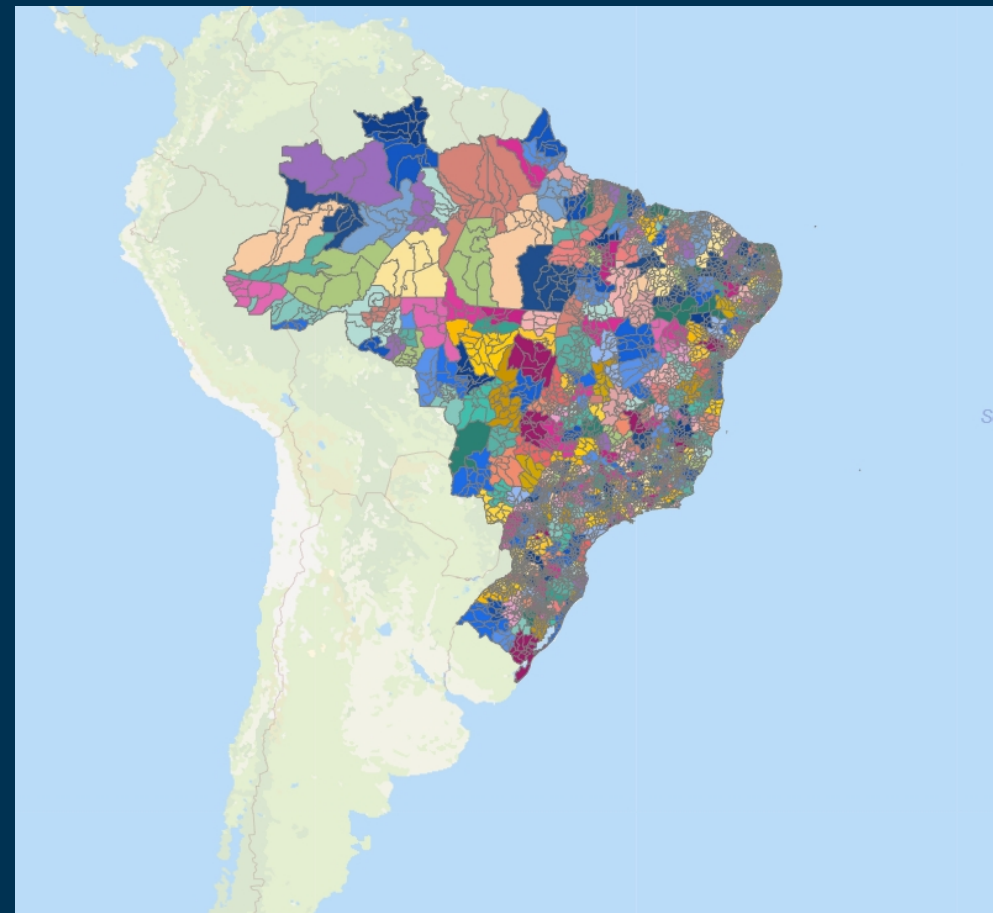
Normas e mecanismos de repasse de recursos financeiros (federais e estaduais)

Consórcios públicos de saúde (horizontais e verticais)

Macrorregiões e Regiões de Saúde



121 macrorregiões



439 regiões



Condicionantes e desafios da regionalização do SUS

Condicionantes

1. Desigualdade e diversidade territorial do país
2. Diversidade das lógicas territoriais da atuação do Estado na saúde
3. Multiplicidade de atores envolvidos (públicos, privados e corporativos)
4. Múltiplas escalas regionais relacionadas ao uso do território



Implicações para o planejamento, a organização de ações e serviços e a governança regional

Desafios da regionalização

Dimensão política

Diagnóstico

O funcionamento do sistema de saúde se afasta do princípio constitucional de organização em rede regionalizada e hierarquizada, resultando em fluxos desordenados e ineficiência na atenção.

As estruturas e instrumentos de governança regional (CIR, consórcios e estruturas de gestão estaduais) atuam de forma pouco integrada, o que gera sobreposição de funções e fragilidade na coordenação das ações regionais.

Há dificuldade de coordenação entre prestadores públicos e privados, com falhas na regulação e na contratualização que prejudicam a organização da rede e o uso dos recursos.

Desafio

Reafirmar e operacionalizar o conceito de rede regionalizada e hierarquizada, garantindo integração e complementaridade entre os níveis de atenção.

Integrar e alinhar essas instâncias para fortalecer a coerência e a efetividade das ações regionais de saúde.

Fortalecer a regulação pública e melhorar a articulação dos prestadores, garantindo maior integração da rede e melhor qualidade dos serviços.

Desafios da regionalização

Dimensão estrutural

Diagnóstico

Desigualdades entre as regiões na disponibilidade de insumos, tecnologias e recursos humanos e financeiros, o que compromete a equidade e a capacidade de resposta dos serviços.

Os serviços de média e alta complexidade estão concentrados em poucos centros urbanos (polos regionais), dificultando o acesso da população de regiões mais distantes.

Falta planejamento estratégico de longo prazo e definição de investimentos estruturantes para sustentar a regionalização.

Os recursos financeiros e estruturais disponíveis são insuficientes para acompanhar as demandas crescentes e expandir a rede de serviços.

As políticas de desenvolvimento econômico e social ainda se articulam pouco com os esforços de inovação tecnológica e produção de conhecimento em saúde

Desafio

Reduzir essas desigualdades, fortalecendo a alocação equitativa de recursos e a capacidade de resposta às necessidades de saúde dos territórios

Ampliar e desconcentrar a oferta de serviços especializados para melhorar o acesso e a resolutividade regional

Elaborar planos regionais de longo prazo articulados a planos de investimento, garantindo continuidade e sustentabilidade das ações.

Unir esforços tripartites e buscar novas fontes e estratégias de financiamento para sustentar a ampliação e qualificação da oferta de serviços

Integrar essas dimensões para promover regiões mais autossuficientes, inovadoras e resolutivas no enfrentamento de suas demandas em saúde

Desafios da regionalização

Dimensão organizacional

Diagnóstico

Há pouca integração entre as áreas da assistência, vigilância e demais setores envolvidos nas ações de saúde, o que dificulta a continuidade do cuidado e a resposta coordenada aos problemas de saúde.

A APS enfrenta limitações na capacidade de resolver os problemas de saúde da população, devido a deficiências na infraestrutura, na equipe multiprofissional e na coordenação com os demais níveis do sistema.

Os sistemas de informação em saúde são fragmentados e pouco interoperáveis, dificultando o compartilhamento e o uso estratégico dos dados para o planejamento e a gestão do SUS.

Desafio

Fortalecer a articulação entre os diferentes níveis de atenção e integrar as ações de vigilância e assistência para garantir cuidado integral e coordenado.

Ampliar a capacidade resolutiva da APS, investindo em estrutura, qualificação profissional e integração com a rede de atenção.

Promover a integração e interoperabilidade dos sistemas de informação para subsidiar decisões mais ágeis, precisas e integradas na gestão do SUS.

Desafios da regionalização

Dimensão organizacional

Diagnóstico

Predomínio de normas centradas em redes temáticas prioritárias, gerando fragmentação da regionalização.

Poucos estados concluíram seus PRIs, e a maioria não dispõe de programação financeira clara, o que compromete a execução das ações regionais.

Falta clareza na delimitação das responsabilidades sanitárias entre micro, meso e macrorregiões, o que dificulta a gestão compartilhada.

As políticas nacionais de atenção básica, especializada e hospitalar (PNAB, PNAE e PNHOSP) são implementadas de forma isolada, sem integração regional.

A inexistência de hospitais de médio porte e de redes orgânicas articuladas gera vazios assistenciais e sobrecarga nos serviços de alta complexidade.

Desafio

Reorientar a regionalização para uma lógica sistêmica e integrada, superando a fragmentação e fortalecendo o planejamento territorial.

Reorientar e consolidar os processos de planejamento em todas as regiões com definição de metas, prazos e fontes de financiamento, fortalecendo a governança e a execução regional.

Definir e pactuar responsabilidades sanitárias em cada nível territorial, fortalecendo a coordenação e a corresponsabilidade entre entes federativos.

Promover a articulação entre essas políticas para fortalecer a rede regional e otimizar o uso dos recursos em cada território.

Estruturar um nível intermediário de atenção hospitalar e integrar as redes para garantir continuidade e eficiência no cuidado.



Perspectivas para o fortalecimento da regionalização no SUS

Política nacional de regionalização do SUS

- Justificativa:
 - necessidade de estabelecer diretrizes gerais, princípios, objetivos e estratégias estruturantes que orientem a organização e a integração de ações e serviços de saúde no território nacional, respeitando as diversidades regionais;
 - alcance mais amplo e duradouro, funcionando como marco normativo e orientador das práticas de gestão e organização do SUS.

Política nacional de regionalização do SUS

- Objetivo:
 - Garantir o acesso equânime, oportuno e de qualidade da população às ações e serviços de saúde, organizados de forma regionalizada e integrados em rede, de modo a assegurar a integralidade do cuidado, a coordenação entre os diferentes níveis assistenciais e a redução das desigualdades regionais.

Política nacional de regionalização do SUS

Aspectos-chave

- Fortalecimento da capacidade de gestão pública do SUS em múltiplas escalas regionais, com ênfase na regulação da atenção de média e alta complexidade como função estratégica de coordenação e equidade.
- Incorporação de tecnologias e métodos analíticos que possibilitem a adoção de um enfoque estratégico e dinâmico ao planejamento territorial.
- Consolidação de agendas de negociação regional que orientem pactuações entre gestores e promovam maior corresponsabilidade na alocação de recursos e na oferta de serviços.
- Formulação de propostas que visem apoiar a regionalização do SUS em situações geográficas específicas (regiões metropolitanas, áreas fronteiriças, zonas limítrofes entre estados, áreas de proteção ambiental e reservas indígenas, entre outras).

Política nacional de regionalização do SUS

Aspectos-chave

- Definição de uma política nacional de investimentos articulada a estratégias de desenvolvimento regional de médio e longo prazos, orientada para a redução das desigualdades territoriais em saúde.
- Fortalecimento da cooperação intergovernamental e da equidade regional no financiamento do SUS, com valorização da dimensão territorial na alocação de recursos e na utilização de Emendas Parlamentares de forma coordenada e transparente, visando reduzir vazios assistenciais e ampliar o acesso equitativo aos serviços de saúde.

Política nacional de regionalização do SUS

Aspectos-chave

- Fortalecimento da transformação digital na saúde, com implantação de prontuário eletrônico regional interoperável, governança pública e segura dos dados conforme a LGPD, e uso de ciência de dados e inteligência artificial para qualificar o planejamento e a regulação do cuidado.
- Integração regional das redes de atenção à saúde, com desenvolvimento de linhas de cuidado pactuadas, fortalecimento da Atenção Primária por meio de matriciamento, teleconsultas e interconsultas, e garantia de transporte sanitário e regulação equitativa do acesso entre os diferentes níveis de atenção.
- Fortalecimento da força de trabalho em saúde por meio da implementação de programas de formação e fixação em regiões prioritárias, da promoção da educação permanente e do estabelecimento de parcerias com instituições de ensino, pesquisa e inovação para o desenvolvimento científico-tecnológico e o aprimoramento da gestão e do cuidado no SUS.

Política nacional de regionalização do SUS

Aspectos-chave

- Valorização e fortalecimento dos mecanismos de negociação, pactuação e cooperação intergovernamental no SUS:
 - ampliação da representatividade e do debate sobre temas de interesse regional nas Comissões Intergestores;
 - criação de comitês de assessoramento em temas específicos, com participação de interlocutores técnicos e representativos de organizações e movimentos da sociedade;
 - fortalecimento da institucionalidade das Comissões Intergestores (CIB e CIR) - incorporação de pessoal permanente, qualificação da equipe técnica e dirigente (gestão intergovernamental), e reforço das funções de planejamento e regulação;
 - consolidação de parcerias por meio de consórcios, cuja atuação se dê de forma articulada às Comissões Intergestores, visando à ampliação da escala de provisão de políticas e ações.



Obrigada!
luciana.dias@fiocruz.br